

Sarney promete que medidas vão desconcentrar renda

Brasília — "Saímos da recessão", "acabamos com o arrocho salarial", "o país voltou aos trilhos". Estas constatações são do presidente José Sarney, ao anunciar o maior pacote econômico da Nova República, um documento de 200 páginas que ele enviou ao Congresso, certo de que será aprovado em regime de urgência. "Pelo que conversei com os líderes, o pacote vai ser aprovado. Vai dar tempo", disse o presidente, em conversa depois da solenidade.

Usando um terno cinza novo, o presidente entrou pontualmente às 10 horas no seu gabinete, já preparado para a gravação do discurso de 150 linhas, por ele mesmo redigido com a ajuda do ministro Dilson Funaro. "Nós estamos chegando quase ao final das mudanças institucionais que prometemos ao país", disse o presidente, ao iniciar a gravação.

Ele lembrou, orgulhoso, que a principal dessas mudanças institucionais — a convocação da Assembleia Constituinte — já fôra aprovada pelo Congresso e enfatizou que os salários subiram em termos reais mais do que a inflação. Lembrou que a hora é também de "mudanças importantes e ambiciosas no setor público". E contou que foi decisão sua a orientação dada ao pacote para desconcentrar a renda, impedindo o aumento de impostos sobre os assalariados.

O presidente enumerou, uma a uma, as medidas de contenção das despesas do setor público: 1) proibição de ingresso de pessoal nos órgãos da União; 2) imediata modernização das estruturas administrativas; 3) proibição de construção ou compra de imóveis; 4) limitação do uso de veículos oficiais; 5) limitação de prestação de serviços extraordinários no serviço público e 6) redução de 10% das despesas com pessoal das empresas estatais.

Sarney lembrou a velha regra republicana de que os impostos devem ser pagos pelo cidadão — que tem o direito de receber, em contrapartida, serviços do Estado, e ensinou: "Portanto, esses recursos devem ser aplicados da maneira mais rigorosa possível." Outro aviso: agora, para uma estatal contratar pessoal terá de conseguir uma autorização pessoal do presidente da República. E ele só atenderá ao pedido em casos de absoluta necessidade.

Sarney considera o orçamento unificado, prestes a ser votado pelo Congresso, um sério instrumento de controle das finanças do governo. Com a finalidade de aliviar o povo da presença de um Estado ineficiente, ele anunciou também o lançamento de um efetivo programa de privatização de empresas estatais deficitárias. "Privatizar em benefício da empresa nacional", afirmou ele, prometendo o fim das complicações burocráticas que impedem o crescimento das empresas.

Sarney está convencido de que essas medidas econômicas reduzirão o déficit público, permitindo não só o controle da inflação e das despesas governamentais, como a obtenção de recursos para aplicação no setor social. Ele prometeu ampliar o programa de alimentação popular, de atendimento de creches e de merenda escolar, criando ainda um grande programa de leite para crianças carentes. Prometeu também um controle rigoroso na política de estoques reguladores de produtos alimentícios.

Presentes à gravação estavam os líderes Humberto Luce-
na, Carlos Chiarelli, Pimenta da Veiga e José Lourenço, e os
ministros José Hugo Castelo Branco, Dilson Funaro, Fernando
Lyra, João Sayad, Ronaldo Costa Couto, Almir Pazzianotto,
Aloysio Pimenta, Vadir Pires e Carlos Sant'Anna, além do
procurador-geral da república, Sepúlveda Pertence.

Brasília — Foto de Wilson Pedrosa



Sarney reuniu Conselho Político para gravar discurso em que anunciou as medidas